
RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2021

Data: 26.03.2021

Local: Videoconferência

Presenças: Desa. **Carmen Izabel Centena Gonzalez**, Presidente do TRT4 e do Comitê;
Des. **George Achutti**, Corregedor Regional;
Des. **Raul Zoratto Sanvicente**, Vice-Corregedor Regional;
Des. **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa** Diretor da Escola Judicial do TRT da 4ª Região;
Des. **João Alfredo Borges Antunes de Miranda** Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico;
Juiz Auxiliar da Presidência **Adriano Santos Wilhelms**;
Juiz Auxiliar da Vice-Presidência **Daniel Souza de Nonohay**;
Juiz Auxiliar da Corregedoria **Leandro Krebs Gonçalves**;
Servidor **Adolfo Marques Pereira**, Secretário-Geral da Presidência;
Servidora **Paula Segobia da Rosa**, Secretária da Corregedoria;
Servidora **Bárbara Burgardt Casaletti**, Diretora-Geral;
Servidor **Gabriel Pereira Borges Fortes Neto**, Diretor da Secretaria de Comunicação Social.

Convidados: Juiz Auxiliar da Execução **Carlos Ernesto Maranhão Busatto**;
Servidora **Natasha Moraes de Oliveira**, Diretora da SETIC;
Servidora **Carolina Feuerharmel Litvin**, Diretora da Secretaria de Auditoria.

Coordenação: Servidora **Gabriela Balbinot**, Assessora-Chefe de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE).

Apoio e Registro : Servidora **Taís Nunes de Albuquerque**, Assistente da AGE.

Horário: 10h30min às 12h10min

Pauta:

1. Primeira etapa de validação da proposta de Plano Estratégico Participativo para o TRT da 4ª Região, referente ao ciclo de gestão 2021-2026, abordando a identidade estratégica,

os objetivos estratégicos e alguns dos indicadores e metas que já foram definidos pelo CNJ e CSJT.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2021, às 10 horas e 30 minutos, por meio de videoconferência, ocorreu a Reunião de Análise da Estratégica, contando com as presenças acima nominadas. Ausências justificadas do Vice-Presidente deste Regional, Desembargador Francisco Rossal de Araújo e do Presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa. A reunião foi coordenada pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, conforme registro que segue:

Desa. Carmen deu início à reunião saudando os presentes, e a seguir passou a palavra à Gabriela para dar início à apresentação das informações atinentes à RAE.

Gabriela saudou os presentes, e procedeu à apresentação elaborada pela AGE, que foi estruturada da seguinte forma: 1. Resultados da Gestão Estratégica 2020; 2. Estratégia Nacional - CNJ - 2021-2026; 3. Estratégia da Justiça do Trabalho - CSJT - 2021-2026; e 4. Planejamento Estratégico TRT da 4ª Região - 2021-2026. Esclareceu que foi realizado processo participativo, no âmbito interno do TRT da 4ª Região, para a definição da identidade estratégica (Missão, Visão e Valores) da instituição. No que tange à visão, pontuou que a definição estabelecida para Justiça do Trabalho, qual seja, a de *“Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.”*, sofreu alguns retoques no caso do TRT da 4ª Região, tendo sido fixada nos seguintes termos: *“Ser uma instituição de excelência, ágil e efetiva na prestação jurisdicional, em busca da Justiça Social e do desenvolvimento sustentável.”*. **Destacou que 44,8% dos partícipes da consulta interativa antes referida votou nesta possibilidade de redação da visão, a qual, portanto, restou validada.** Enfatizou que os valores definidos para o segmento da Justiça do Trabalho (Acessibilidade, Agilidade, Comprometimento, Efetividade, Eficiência, Ética, Inovação, Respeito à diversidade, Segurança jurídica, Sustentabilidade, Transparência, Valorização das pessoas) também foram objeto da pesquisa participativa anteriormente mencionada, tendo 80,1% dos respondentes concordado com a lista apresentada, a qual também se mostrou consonante com as impressões obtidas nas oficinas temáticas promovidas por este Regional em 2020. Ressaltou que com a realização das ditas oficinas, houve alto índice de indicação para que o TRT da 4ª Região incorpore no seu rol, os seguintes valores: “Gestão Democrática”, “Saúde e Qualidade de Vida” e “Cidadania”.

Desse modo, foi submetida ao Comitê a análise da pertinência da inclusão dos valores sugeridos. Desa. Carmen considerou que “Saúde e Qualidade de Vida” já está englobado na “Valorização das pessoas”, bem como que a “Cidadania” está agregada ao conceito de “Ética” e de “Respeito à diversidade”, devendo ser acrescido apenas a “Gestão democrática” em virtude de sua importância, uma vez que consiste em uma gestão compartilhada e acessível, com prestação de contas do que se realiza interna e externamente. Todos os integrantes do Comitê anuíram com a proposição.

Gabriela expôs que além dos 10 objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho para o ciclo 2021-2026 que foram repassados (1. Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais; 2. Promover a sustentabilidade e o trabalho decente; 3. Garantir a duração razoável do processo; 4. Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; 5. Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas, 6. Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; 7. Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica; 8. Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; 9. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; e 10. Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados), traz à apreciação deste Comitê a sugestão apresentada pelo Desembargador João Paulo Lucena, e pela Juíza do Trabalho Anita Job Lübbe, respectivamente, Coordenador e Integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, e ambos membros do Grupo de Trabalho para formular as diretrizes do Programa de Gestão Documental Integral e Aperfeiçoamento da Gestão da Memória no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de agregar mais um objetivo estratégico: “Assegurar a adequada gestão documental e de memória”. Neste aspecto, destacou que a recomendação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT é a de que, para a elaboração da estratégia dos Tribunais Regionais do Trabalho, preferencialmente, não sejam acrescentados novos objetivos estratégicos. Assinalou que o CSJT, ao inserir o *“índice de classificação documental no processo judicial eletrônico - ICDPJE.”* dentro do objetivo estratégico *“fortalecer a governança e a gestão estratégica”* já está atrelando o índice ao objetivo em comento. Destacou que, na sua opinião, pode gerar contradição o acréscimo desse novo objetivo, com outro índice ligado à gestão documental, que será associado em dois objetivos estratégicos diferentes.

Desa. Carmen referiu que, inicialmente, estava propensa a acolher a sugestão de acréscimo do novo objetivo estratégico, mas que após as ponderações feitas pela Gabriela, entende por não agregá-lo. Avaliou que deverá ser formulada uma resposta oficial ao Desembargador João Paulo Lucena, e à Juíza do Trabalho Anita Job Lübbe, na qual será reafirmado que o Tribunal já está se dedicando à matéria por meio do Grupo de Trabalho para formular as diretrizes do Programa de Gestão Documental Integral e Aperfeiçoamento da Gestão da Memória, do qual ambos fazem parte.

Des Ricardo observou que o *“índice de classificação documental no processo judicial eletrônico - ICDPJE”* parece diverso da meta solicitada ao Memorial, e questionou se os processos afetos à memória serão alcançados pelo PJE para efeito dessa governança.

Gabriela expôs que o Grupo de Trabalho para formular as diretrizes do Programa de Gestão Documental Integral e Aperfeiçoamento da Gestão da Memória está encarregado de efetuar a adequação do TRT da 4ª Região à Resolução CNJ nº 324/2020, e irá se ater à questão da memória dos processos eletrônicos também, inclusive com a criação de um repositório digital.

Natascha elucidou que o fato da gestão documental e da memória não ser considerada estratégica, não significa que não é importante para o Tribunal. Enfatizou que o plano

estratégico deve trazer apenas o que é efetivamente estratégico para o desempenho da instituição.

Des Raul afirmou ter dúvidas semelhantes às do Des. Ricardo, pelo menos em relação à memória, que inclui processos eletrônicos e físicos, referindo que o índice de classificação antes mencionado é concernente aos processos eletrônicos.

Juiz Adriano, como gestor de metas, alegou que o acréscimo desse novo objetivo estratégico importará em esforços maiores do Tribunal para o estabelecimento, acompanhamento, desdobramento e atingimento de metas. Afirmou compreender a relevância do respeito à memória, mas que no seu entendimento, devem atender a recomendação do CSJT.

Gabriela informou que o Grupo de Trabalho para formular as diretrizes do Programa de Gestão Documental Integral e Aperfeiçoamento da Gestão da Memória está produzindo uma proposta de projeto estratégico para apresentar à Presidência, e que neste projeto, está estabelecendo indicadores para o acompanhamento de todas as atividades de adequação do TRT da 4ª Região à gestão documental e da memória. Afirmou que por se tratar de um projeto estratégico está incluso na estratégica de fato, e os indicadores internos do projeto orientarão o andamento dos trabalhos. Ressaltou que o Tribunal está elaborando o seu projeto estratégico em plena pandemia, com visão, portanto, de curto e médio prazo em alguns aspectos, o que certamente imporá a sua revisão no próximo ano, e que, se for o caso, poderá retomar a matéria e transformá-la em um objetivo estratégico.

Após o amplo debate, o Comitê decidiu, à unanimidade, não agregar ao plano estratégico o objetivo proposto pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza do Trabalho Anita Job Lübke. Deliberou também que será elaborada resposta formal e fundamentada ao Grupo de Trabalho para formular as diretrizes do Programa de Gestão Documental Integral e Aperfeiçoamento da Gestão da Memória, cabendo à AGE preparar a minuta do e-mail e encaminhá-la à Presidência.

Gabriela passou a assinalar os objetivos estratégicos que já contam com metas nacionais e com indicadores, bem como aqueles aos quais não há metas e indicadores associados.

Des. Ricardo, em relação ao objetivo estratégico *"Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais"*, referiu que o TRT da 4ª Região, mais especificamente a Escola Judicial, tem firmado cada vez mais convênios e parcerias com outras entidades, e questionou se isso pode contribuir para uma eventual medição.

Gabriel relatou que, em relação a este objetivo, o plano estratégico nacional da Justiça do Trabalho de antemão estabeleceu indicadores, mas não fixou a meta. Complementou que o CSJT definiu como indicadores uma pesquisa de imagem da Justiça do Trabalho em âmbito nacional, e um índice de satisfação. Em relação à comunicação, expôs que integra Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário, como representante dos TRTs da Região Sul, e que está sendo desenvolvido um Plano Estratégico de Comunicação da Justiça do

Trabalho, que contará com indicadores e metas próprias. Acrescentou que o mencionado Plano Estratégico está em fase final de elaboração, e que para a sua conclusão, estava sendo aguardada a aprovação do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021-2026. Informou que o TRT da 4ª Região é um dos poucos Regionais que já realizou pesquisa de imagem própria, que inclusive tem servido como referência no âmbito do Comitê de Comunicação Nacional.

Gabriela, respondendo ao questionamento do Des. Ricardo, afirmou ser possível a atuação com total liberdade do Tribunal neste objetivo estratégico, sendo inclusive recomendado pelo CSJT que se trabalhe para a consolidação de novas parcerias e para o fortalecimento das já existentes, podendo ser desenvolvidas iniciativas que orientem as ações nesse sentido. Reportou, por fim, que tem sido debatido no âmbito do Subcomitê Gestor da Estratégia dos Tribunais Regionais do Trabalho de grande porte a questão das restrições orçamentárias e da realização de pesquisas de imagem e satisfação, tendo inclusive sido encaminhada ao CSJT sugestão para que pesquisas dessa natureza sejam contratadas em âmbito nacional pelo Conselho Superior, e que os seus desdobramentos sejam aplicados em todos os Regionais.

Próxima reunião agendada para 23.04.2021, às 10h.

Reunião encerrada às 12h10min. Relatório redigido pela servidora Taís Nunes de Albuquerque, Assistente na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, encaminhado aos presentes para validação por meio eletrônico.
